

## 700 alunos sem aulas em Arcos de Valdevez

Em Arcos de Valdevez, 700 alunos encontram-se ainda sem aulas devido à falta de colocação de professores na escola secundária polyvalente local. Alarmados com a situação, os pais dos alunos decidiram formar uma associação e enviaram já ao ministro Cardia um telegrama em que reclamam medidas urgentes para o início imediato das aulas; rapidez na colocação dos restantes professores, pois estão inactivos 700 alunos; horário provisório como último recurso e eleição imediata do Conselho Directivo da escola. Na escola secundária de Paços de Ferreira, apenas estão nomeados 20 dos 46 professores do quadro, o que implica que ainda agora não tenham começado as aulas. Pais, professores e alunos dos cursos nocturnos, descontentes com a política do MEIC, reuniram-se para analisar a situação e enviaram um

telegrama de protesto ao ministro Cardia.

### REUNIÃO EM LISBOA

Numa reunião de professores ainda não colocados, promovida pelo respectivo Sindicato da Zona da Grande Lisboa, foi decidido por maioria eleger uma comissão cuja tarefa imediata será a efectuação das diligências necessárias para clarificar "todo um conjunto de aspectos que parecem irregulares" sobre o processo de colocação de professores adoptado pelo MEIC, particularmente na segunda fase para o ensino secundário e para o ensino primário em geral.

Esta comissão apoiará a direcção do Sindicato nas referidas tarefas e ainda na perspectiva do Encontro Nacional de Professores a realizar num futuro próximo.

## «CIP» apresenta reivindicações

PORTO — A Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) reivindica a "adesão imediata e formal à CEE", o fim da intervenção do governo nas empresas privadas e a substituição do actual regime de controle de preços. Estes são alguns dos pontos do documento aprovado pela assembleia geral da CIP, dia 15, no Porto.

Aquela organização do grande patronato classifica de "arbitrária e catastrófica" a intervenção do Estado nas empresas em crise, muitas vezes após sabotagem de seus proprietários. A exigência da CIP é por "condições de acesso a todos os ramos de actividade

económica possíveis". Quanto à regulamentação das relações de trabalho, o documento do Porto preconiza soluções "com base em mecanismos tripartidos e por auscultação prévia dos parceiros sociais".

Para "encorajar e facilitar" o investimento privado, a CIP exige que seja "garantida igualdade de acesso ao crédito das empresas nacionalizadas e das empresas privadas". O documento não distingue as pequenas e médias das grandes empresas privadas. Assim, CIP pretende um "regime de incentivos e prática fiscal e financeira" adequada para alcançar o reequilíbrio das empresas.

## Conselho de Ministros reúne-se no Porto

O Conselho de Ministros vai reunir no Porto, na Câmara Municipal, na próxima quinta-feira, segundo confirmação da ANOP obtida no gabinete do Primeiro-Ministro.

A notícia que apareceu nos matutinos portugueses de ontem adiantava que a agenda de trabalhos desta reunião extraordinária do Conselho de Ministros vai ser dedicada a problemas do norte do País.

## Cooperativa de Consumo em Santiago de Cacém

SANTIAGO DE CACÉM — Coroando o esforço desenvolvido por dezenas de trabalhadores, que sacrificaram muitas horas aos seus tempos livres na execução de instalações, foi ontem inaugurada a Cooperativa de Consumo de Santiago de Cacém. Neste primeiro dia, grande número de sócios afluíram à Cooperativa para efectuar as suas compras.

Como facto curioso, o de o bacalhau — há meses desaparecido desta vila — poder agora ser encontrado, quer na Cooperativa, quer no comércio local, onde em vez de já habitual resposta "não há bacalhau", se passou a ouvir um "não quer levar bacalhau?". Claro que, entretanto, os preços do "fiel(?) amigo" aumentaram...

## «Povo Unido» ganha recurso na relação do Porto

O Tribunal da Relação do Porto deu provimento ao recurso interposto pela Frente Eleitoral "Povo Unido" relativo a uma decisão do juiz interino do Tribunal de Miranda do Douro, que não aceitou os processos de candidatura da Frente para as autarquias locais do concelho sob o pretexto de que aquela organização não estava legalizada. O magistrado de Miranda do Douro já foi informado da decisão do Tribunal da Relação do Porto, cujos juizes, segundo apurámos entretanto, indeferiram sete recursos apresentados relativamente a outras decisões judiciais. Um destes recursos fora apresentado pelo PPD/PSD e contestava a decisão do magistrado do Tribunal de Vila Pouca de Aguiar, que recusara a candidatura à Câmara Municipal de Ribeira de Pena, de Francisco Cabral Teixeira, o qual, na qualidade de ex-ANP, é ineligível.

Por enquanto, ainda não são conhecidas as decisões dos magistrados do Tribunal da Relação acerca de mais quatro recursos que aí deram entrada.

Entretanto, a Frente Eleitoral "Povo Unido" apresenta esta noite, em Torres Novas e no Seixal, os seus candidatos às respectivas autarquias. No Seixal, a sessão

está marcada para as 21 e 30, na Sociedade União Seixalense. Em Torres Novas, a sessão começa às 21 horas, no Teatro Virgínia e será presidida pelo general na reserva Vassalo e Silva. As listas "Povo Unido" para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Torres Novas são encabeçadas, respectivamente, por Trincão Marques, um dos elementos da anterior CA, e José Augusto Paixão, do secretariado da União dos Sindicatos de Torres Novas.

Por outro lado, a Comissão Concelhia de Castro Verde da Frente Eleitoral "Povo Unido" convoca para as 14 e 30 do próximo sábado, na Casa do Povo de Castro Verde, todos os aderentes e candidatos às autarquias locais do concelho para uma reunião que terá a seguinte ordem de trabalhos: informações; participação de membros da Frente nas mesas de voto; e campanha eleitoral (propaganda, sessões públicas e programas de candidatura).

### STAPE INFORMA

O Secretariado Técnico dos Assuntos Políticos e Eleitorais (STAPE) do Ministério da Administração Interna lembra que finda hoje o prazo para afixação "nos locais públicos habituais" de editais em que

constarão os desdobramentos das assembleias de voto e ainda os locais e a hora em que funcionarão as secções de voto no dia 12 de Dezembro. Frisa depois o STAPE "a conveniência de os candidatos ou os mandatários das listas indicarem às Comissões Administrativas municipais e Administrações de Bairro, até ao dia 19 de Novembro, os seus delegados e suplentes às secções de voto, pois que para além da sua acção fiscalizadora a exercer no dia da votação, lhes cabe, de imediato, a tarefa de procederem à escolha dos membros das mesas das secções de voto".

Por último, informa-se que decorre em todo o país, "com a maior normalidade", a impressão dos boletins de voto, "estando também na sua fase final a distribuição de mais urnas onde elas se revelem necessárias".

## Publicada amnistia para delitos militares

O diploma do Conselho da Revolução que "amnistia vários crimes e infracções disciplinares militares" foi ontem publicado no "Diário da República". São

## Dirigente fascista reintegrado

A Comissão de Análise de Recursos de Saneamento e Reclassificação anulou a pena de aposentação compulsiva aplicada a Fernando Cid de Oliveira Proença, que foi director-geral do Trabalho.

Em despacho ontem publicado no "Diário da República", a comissão determinou que a pena de aposentação fosse substituída por suspensão sem vencimentos por quinze meses a partir de Maio de 1975.

A comissão é presidida pelo brigadeiro Rodrigues de Carvalho e está dependente directamente do Conselho da Revolução, através do major Canto e Castro.

expressamente não abrangidos pela amnistia as acções cometidas "na preparação na execução dos actos sediciosos de 11 de Março e 25 de Novembro de 1975, com emprego de bombas, explosivos ou engenhos semelhantes previstos na lei eleitoral, desde que lhes corresponda pena de prisão maior" ou a que "corresponda pena superior à do número 4 do Artigo 55 do Código Penal, contra a liberdade e a integridade física e moral das pessoas, nomeadamente sevícias, de furto, de dano e de abuso de autoridade, ainda que não consumados".

A Polícia Judiciária Militar disse à ANOP que o diploma se encontra ainda em estudo naquela Polícia, não se podendo prever, por enquanto, a extensão do âmbito de aplicação aos processos ali pendentes.

O diploma terá, por outro lado, grande aplicação nos processos militares que correm pela Repartição de Justiça e Disciplina do Ministério do Exército.

## INQUÉRITO AO 11 DE MARÇO Conselho da Revolução recorre para o Supremo Tribunal

O Conselho da Revolução decidiu recorrer para o Supremo Tribunal Militar da decisão do juiz instrutor de propor o arquivamento dos processos relativos ao envolvimento da Guarda Nacional Republicana e dos Pára-quedistas nos acontecimentos do 11 de Março.

A decisão do CR foi conhecida ontem, através de um comunicado assinado pelo conselheiro, tenente-coronel Costa Neves, também superintendente da Polícia Judiciária Militar. É o seguinte o teor do comunicado:

"A importância política e histórica de que se revestem os acontecimentos de "11 de Março de 1975", justifica a expectativa com que o Povo Português aguarda as conclusões dos processos que neles tiveram origem.

"Dada e especulação que à volta dos mesmos se tem gerado, os Serviços de Polícia Judiciária Militar, entidade a que foi atribuída a competência para a instrução dos respectivos autos, acha oportuno informar o seguinte:

"Por conveniência processual, os citados acontecimentos deram origem a vários processos dos quais alguns foram arquivados e decorrer da investigação e instrução consequentes.

Daqueles, restam os três principais, dois dizendo particularmente respeito ao envolvimento da Guarda Republicana e Pára-quedistas, o terceiro à Força Aérea, Exército, Marinha e Cívis.

"De tais processos, os dois primeiros, foram já objecto de exposição final por parte do respectivo juiz instrutor, que propôs o seu arquivamento. Quanto ao terceiro, encontra-se com "vista" as partes interessadas, após o que o juiz instrutor decidirá sobre o teor da exposição final a emitir.

"Por não se poder concordar com as tomadas de posição das duas já citadas exposições finais, ao abrigo do número 1 do art. 27 do Decreto-Lei 285/76, de 21 de Abril, far-se-ão subir os processos mediante parecer fundamentado, ao Supremo Tribunal Militar, que lavrará acórdão resolvendo a divergência de opiniões.

"Sobre o terceiro processo, reserva-se o direito de oportunamente e no lugar próprio se tomar a posição julgada mais justa e conveniente".

### REDE BOMBISTA

Por outro lado, para fazer o ponto da situação, reuniram-se ontem no Restelo,



ENCONTRO DE «o diário»

COM OS SEUS LEITORES

EM ALPIARÇA

DIA 21 ÀS 21 HORAS

Na Casa do Povo

PUB.

**vida**  
SOVIETICA

FAÇA A RESERVA DO SEU EXEMPLAR NUMA DAS JÁ

POPULARES LIVRARIAS



PUB.

**REVISTA**  
INTERNACIONAL

FAÇA A RESERVA DO SEU EXEMPLAR NUMA DAS JÁ

POPULARES LIVRARIAS

